

Um estudo denso sobre o colonialismo português em Angola

ABRANTES, Carla Susana Alem. *Os futuros portugueses: um estudo antropológico sobre a formação de especialistas coloniais para Angola (1950-1960)*. Rio de Janeiro: Mórula, 2022, 324 p.

Peti Mama Gomes

Universidade Federal do Pará, Belém, PA, Brasil
gomespetimama@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-0414-8438>

Esta obra é um estudo raríssimo de antropologia histórica sobre o colonialismo na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Carla Susana Alem Abrantes (2022), aborda questões que dão conta da especificidade do legado colonial português sobre a população africana, em particular a atual república de Angola. Grande conhecedora do fenômeno colonial, a pesquisadora, nesse livro, parte de dois cenários que dialogam entre si. Primeiro, de um imaginário nacional português ao apresentar ao(à) leitor(a) o cenário macro no qual esteve localizada a Escola Colonial portuguesa e suas ações e estratégias pré-coloniais que justificaram a ocupação administrativa daquele território africano nos últimos anos de domínio português. De outra parte, e dentro da efetividade das práticas coloniais, articula um cenário micro sobre a formação de alunos que futuramente se tornariam *especialistas* nos problemas coloniais, inscritos no curso de Administração Colonial em Lisboa, entre as décadas de 1950 e 1960. A autora se apoia em uma análise das dissertações

de licenciatura produzidas no contexto colonial sobre Angola que são “peças centrais” do livro porque fazem parte de um jogo político criado no encontro colonial.

Carla Abrantes é atualmente professora associada da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), no Ceará, onde ministra disciplinas na graduação (bacharelados em Antropologia e Humanidades) e pós-graduação (mestrado em Antropologia, PPGA-UFC/Unilab). Suas pesquisas e reflexões publicadas (dentre artigos, ensaios e agora livro) apontam para o debate em torno das temáticas sobre o ensino superior, Antropologia do colonialismo, processos de formação de Estado e cooperação internacional. O livro apresenta os resultados de sua tese de doutoramento no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS/Museu Nacional/UFRJ), defendida em 2012. Seu orientador foi o professor Dr. Antonio Carlos de Souza Lima, que escreveu o prefácio intitulado “Portugueses? De que futuros?”, e a coorientadora professora Dra. Cristiana Bastos apresenta uma breve síntese na orelha do livro. Para realizar sua pesquisa, Abrantes (2022) estabeleceu um diálogo com o campo entre 2007 e 2010, a partir do qual reuniu entrevistas e uma extensa e densa documentação nos arquivos portugueses depositadas nas bibliotecas do Instituto de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP) da Universidade de Lisboa, da Sociedade de Geografia de Lisboa (SGL) e do Real Gabinete Português no Rio de Janeiro. As *dissertações de licenciatura*, guardadas na biblioteca do ISCSP, permitiram revelar a construção dos aparatos administrativos na relação entre Portugal e Angola ao longo do século XX, antes da independência, como apresentarei a seguir.

Os futuros portugueses: um estudo antropológico sobre a formação de especialistas coloniais para Angola (1950-1960) está organizado em três partes, constituídas por seis capítulos que conversam entre si, com uma apresentação que expõe o pensamento e as perguntas que são trabalhadas pela autora. A primeira parte “A escola colonial e a formação de especialistas”, que segue a apresentação do livro, trata, respectivamente, de questões teóricas relativas ao fenômeno colonial que é percebido, de um modo geral, como “um fenômeno marcado pela violência, a imposição de valores ocidentais e a subjugação de populações autóctones que habitavam territórios ocupados pela expansão europeia” (ABRANTES, 2022, p. 27). Trata-se de um poder, segundo a

autora, em que uma minoria estrutura o racismo, as desigualdades e discriminações das populações negras africanas. Nessa primeira parte, a autora situa teoricamente o(a) leitor(a) quanto ao objetivo do livro: analisar de forma crítica as genealogias das práticas coloniais no ensino metropolitano a partir dos discursos da Escola Colonial de Lisboa tomados com base nas *dissertações de licenciatura* escritas sobre o território angolano.

À vista disso, a problematização da presença do ensino superior como caminho de “manutenção dos elos entre a metrópole e a colônia” é o objeto de reflexão central do livro. O ensino tinha o objetivo — além de transmitir um pensamento dominante — de intervir “na própria organização da estrutura política e nos processos de expansão administrativa ao longo do tempo, enquanto se modelavam hierarquias, distinções e formas de comando” (ABRANTES, 2022, p. 36). Nessa primeira parte também são apresentados os caminhos metodológicos de pesquisa trilhados a partir de sua experiência pessoal em contato com o campo acadêmico no Brasil e em Portugal. O Estado colonial se revela nesse caminho como uma “zona de contato” que teve a sua própria história e é analisada a partir da densidade de estudos interdisciplinares que desmembram a ideia dos elos entre ciência e administração, bem como descrevem a forma como se construiu um “nós” e os “outros”, Aprendemos que a história do colonialismo português, principalmente a partir do século XX, gerou “problemas sociais”, que podem ser lidos como disposições e mecanismos que geraram ação e permearam a construção das estruturas do Estado colonial em Angola.

Na segunda parte, intitulada “O ensino”, os *Anuários* da Escola são descritos para dar visibilidade à arena colonial metropolitana. Os *Anuários*, enquanto documentos da escola que serviam como fontes de informação, programas e atividades de ensino organizadas por temas e atores, estavam a todo o instante sendo redesenhados para atender, segundo a autora, às novas demandas e fazer da Escola “intermediária do acesso às posições mais altas da hierarquia administrativa” (ABRANTES, 2022, p. 67). Assim, o segundo capítulo “A formação superior” examina as condições dos participantes, suas temáticas de estudo e pesquisa dentro do parâmetro colonial. A autora fez ponderações sobre a criação e funcionamento da Escola Colonial ao longo de quase sessenta anos. Abrantes descreve quem são esses professores das colônias responsáveis por cada matéria oferecida, suas formas de transmitir

o conhecimento e como este era aplicado nos exames (“lições”, “repetições”, “memórias”, “trabalhos práticos” e “ensino”). Em forma de tabela, também são apresentadas as cadeiras do curso de Administração Colonial em diferentes períodos e suas transformações no tempo.

A respeito de relações existentes entre a estrutura do ensino superior e as normas de gestão colonial no terceiro capítulo, denominado “O acesso às posições da administração”, Abrantes inicia descrevendo pormenorizadamente as condições, ou melhor, o perfil de candidatos para o ingresso à formação do curso básico e secundário. A autora segue o mapa mental daquele contexto social, que sinaliza para as transformações ocorridas ao longo das décadas de 1950 e 1960 e as suas principais regras para acesso às posições da administração colonial. O papel das incursões científicas na promoção do ideário colonial na África está em dar continuidade à ideia de “homens nativos” ou “indígenas”, reforçando uma distinção e uma hierarquia entre os brancos e os africanos. Para isso, especializar-se ou ter o diploma do curso de administração era ter domínio em “problemas coloniais” e era também estar preparado e apto a ocupar posições da alta hierarquia da administração e gestão colonial em Angola, mantendo assim essa ordem hierárquica. Para Abrantes (2022, p. 149), após a reforma de 1946,

A Escola passou a ser a principal fornecedora de candidatos para essa responsabilidade de comando dos territórios estrangeiros, uma ação legitimada a partir de argumentos quanto a um conhecimento qualificado e a capacidade de encontrar *soluções* para os *problemas* presentes nas colônias. Tais *problemas* foram desenhados e organizados em um texto denominado *dissertação* de licenciatura, e conferiram, portanto, a legitimidade para uma especialidade do saber.

Como podemos perceber por essa rápida passagem, as práticas de ensino foram eficazes e legítimas para dar continuidade aos projetos e à administração colonial portuguesa. Isso nos lembra que não foi à toa que a Escola Colonial e a formação de *especialistas* nos problemas coloniais tenham sido proporcionadas em solo português, ou seja, na metrópole.

Na introdução à terceira parte do livro, intitulada “As dissertações”, a autora exhibe as dissertações de licenciatura escritas como trabalhos de final de curso sobre Angola entre 1949 e 1971. As dissertações marcavam um ritual

obrigatório para finalização do curso em Administração Colonial oferecido pelo Instituto Superior de Estudos Ultramarinos, nome da Escola à época. Foram, no total, oitenta dissertações escritas sobre Angola. A autora destacou que poucos pesquisadores comentaram e analisaram essas peças coloniais, citando o historiador francês René Pélissier e o antropólogo português Donato Gallo, que esreveram suas análises a partir de lentes marcadas pelas reflexões da década de 1980. Abrantes, por sua vez, selecionou seis dissertações publicadas antes de 1961 “para uma análise mais aprofundada e minuciosa voltada à compreensão das condições sociais que viabilizaram as representações sobre as populações angolanas” (ABRANTES, 2022, p. 163) com “foco” na temática do “trabalho” ou mão de obra africana. Para a seleção das dissertações, optou por reunir o “contexto” e “conteúdo” como forma de apresentar uma compreensão teórica sobre as práticas institucionais e epistêmicas daquele circuito acadêmico e administrativo. As *dissertações* escolhidas tratam, portanto, das populações angolanas ou africanas, de modo geral, como o principal público-alvo das políticas de um Estado colonial, argumento central dos três capítulos que constituem essa última parte.

O quarto capítulo “Repertórios do conhecimento especializado” se ocupa em analisar as dissertações dos “alunos-autores” que mais tarde ocupariam os “altos postos” na administração colonial para solucionar *problemas sociais* da sociedade angolana. Sendo assim, as *dissertações* como “zonas de contato” descrevem diversas temáticas em períodos diferentes. Por exemplo, Américo Castanheira (1950), escreve a partir da província de Huíla, sul do país, expondo a baixa densidade populacional e a diversidade étnica como uma das características da região, discurso que revela também as migrações populacionais para fronteiras vizinhas. Em outra dissertação, Afonso Mendes (1958) trata da mão de obra necessária às administrações locais e o uso do trabalho forçado como uma questão para os administradores. Revela-se, pela descrição dos discursos presentes nas dissertações, que dentre os temas emergentes naquele período figuravam o *trabalho indígena* e o *direito indígena* como *problemas* para a *política ultramarina*. Os africanos classificados como “indígenas” pelos “alunos-autores” eram vistos como “trabalhadores ideais” e ao mesmo tempo como “trabalhadores reais” a serem corrigidos pelos administradores coloniais.

No quinto capítulo, “Problemas e soluções da administração”, Abrantes segue retratando as propostas apresentadas nos trabalhos de conclusão de curso, mostrando que os castigos físicos dos africanos (“indígenas”) foram substituídos pela educação nos moldes europeus, legitimando, assim, os *abusos* de um Estado colonial na década de 1950 para Angola. Por meio do ensino, definia-se como aquela população local deveria se alimentar e viver em seus territórios. A partir dessa análise das categorias utilizadas, a autora demonstra como as dissertações se valeram de propostas e “soluções” aos *problemas* encontrados na sociedade angolana. Ou seja, existia um controle do *trabalhador indígena* por parte do Estado administrativo colonial. De um lado, apontava-se como *problemas* a desorganização familiar dos povos africanos juntamente com os *abusos* coloniais dirigidos aos *trabalhadores indígenas* por uma administração sem conhecimentos apropriados. Por outro, sugeria-se a solução de manter a tutela e o cuidado de saúde dos trabalhadores por parte de administradores bem formados. Como fizeram isso? Nas palavras da autora, por exemplo, “[definia-se] que as autoridades patronais cozinhassem alimentos a partir de prescrições legais baseadas em uma economia nutricional, um conhecimento que ‘faltaria’ ao indígena” (ABRANTES, 2022, p. 217). Em específico, a dissertação de Castilho Soares (1961) apresenta diferentes projetos desses *benefícios* e de *bem-estar rural* para de certa forma “salvar os indígenas”. Para chegar aos *ditames do coração*, a preparação de atores em administração colonial passava por um ensino formal superior como caminho que propõe um plano de *desenvolvimento* e a imposição de um *bem-estar rural* para os indivíduos classificados como *indígenas*. Em nome do “progresso”, o ensino como uma “solução para Angola” resolveria os problemas de “bloqueios”, “impedimentos” e “obstáculos” da população angolana. A passagem a seguir resume o objetivo das *dissertações* dos alunos-autores:

[...] foram tentativas de representar a realidade colonial angolana a partir de termos aceitáveis no âmbito dos diálogos internacionais, ou seja, das relações estabelecidas (e que se pretendiam estabelecidas) entre nações europeias. As antigas ideias de “civilizar os indígenas” se transformaram em propostas educativas para melhorar a situação nas colônias e um Estado “educador” passou a ser referência de uma ação considerada legítima (ABRANTES, 2022, p. 245).

No sexto capítulo dessa última parte do livro, Abrantes (2022) retrata como se poderia pensar nesse conhecimento como “situado”. A autora comenta as dissertações como materiais de interesse “empírico para conectar e evidenciar as disputas no interior do campo acadêmico” (ABRANTES, 2022, p. 251), discutindo a própria mudança das técnicas de colonização a partir da ciência a serem implementadas em Angola e ligadas aos projetos coloniais classificados como “desenvolvimentistas”. Extremamente provocativo é o tópico “competências especializadas para a África”, em que a autora inicia citando o dilema de um dos alunos-autores: “Civilizar ou humanizar? Converter ou conhecer? Proteger ou igualar?”. Para Castilho Soares (1961), os trabalhadores indígenas rurais foram humanizados e a eles garantido o *bem-estar rural* em termos de “serviços médicos, saneamento básico, higiene” etc. Compreende-se nesse discurso de Soares a ideia de uma passagem de fases que caracterizavam os africanos do século XIX. Essa percepção enfatizava a necessidade da posse e controle dos portugueses colonizadores para humanizá-los:

na dissertação de Moura (1955), o Estado é descrito como o órgão responsável pela assistência e assimilação de populações nativas, acrescentando ser também de sua responsabilidade conhecer melhor o nativo para vencer a superstição atávica e varia albergada na sua filosofia interpretativa da vida, ensinando-lhe novos processos agropecuários, novas possibilidades de se vestir, de se alimentar (ABRANTES, 2022, p. 253).

Para efetividade do processo de colonização, a educação teve um papel muito importante, conforme argumenta Abrantes. Por isso, o conhecimento foi direcionado e situado para um público específico de forma a conhecer a estrutura social das populações nativas de Angola. Também havia um cuidado com as informações e a produção de conhecimento adequado nesses textos de final de curso, o que sugeria um comportamento esperado dos funcionários de administração colonial, já que as dissertações tinham a função de orientar os futuros administradores. Afinal, todas as produções acadêmicas têm uma finalidade ou um destino. Quem escreve e para quem? Foi necessário, de acordo com Abrantes (2022), compreender o elo estabelecido entre os *especialistas* em educação e a metrópole dentro de uma conjuntura colonial para que se conhecesse as esferas de comunicação e interlocução textual.

A autora, ao concluir o livro em “Gramáticas da metrópole”, aponta ter sido o ensino superior colonial em Lisboa uma importante arena do projeto colonial português, a partir da qual se construíram imagens sobre as populações angolanas e conteúdos para a administração marcados por uma violência legítima e desigual. Um dos elementos principais desse “fazer-se Estado” refere-se à expressão de uma superioridade europeia dependente das relações entre professores e estudantes cristalizadas em artifícios burocráticos de ensino (como ementas dos cursos, sebatas, livros), relações estas que se expandiram ao longo do século XX. O conhecimento que esse estudo registra, por meio de uma descrição minuciosa, abre caminhos para uma reflexão sobre as heranças coloniais que podem ainda estar presentes em procedimentos cotidianos que hoje adotamos em nossas instituições de ensino superior no continente africano e no Brasil. Ressalto, recomendo e celebro a chegada desse livro para o público interessado nas temáticas da cultura, conhecimento e poder. Um estudo denso que permite uma leitura empolgante e reflexiva sobre o colonialismo analisado a partir da antropologia e em diálogo com o campo interdisciplinar de estudos coloniais.

Peti Mama Gomes, de Cacnhungo, norte de Guiné-Bissau, é feminista negra africana e ativista guineense. Antropóloga. Doutoranda em Antropologia Social pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGA) da Universidade Federal do Pará - UFPA, Belém, PA, Brasil. Mestra em Antropologia pelo Programa Associado de Pós-graduação da UFC-UNILAB e graduada em Humanidades pela Unilab, Ceará.

FINANCIAMENTO: Não se aplica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRANTES, Carla Susana Alem. *Os futuros portugueses: um estudo antropológico sobre a formação de especialistas coloniais para Angola (1950-1960)*. Rio de Janeiro: Mórula, 2022.

CASTANHEIRA, Américo. “Trabalho indígena”. Algumas considerações acerca do problema da mão de obra indígena nas colónias de Timor e de Angola. Dissertação, Escola Superior Colonial, 1950.

MENDES, Afonso. A Huíla e Moçâmenes. Considerações sobre o trabalho indígena. Lisboa: Ministério do Ultramar, Junta de Investigações do Ultramar, 1958.

SOARES, Amadeu Castilho. Política de Bem-Estar Rural em Angola. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, Centro de Estudos Políticos e Sociais (Estudos em Ciência Política e Social, n. 49), 1961.